

Índice

Para saber mais	Pág. 2
Novidades	Pág. 6
Tema em Destaque	
Organização dos Censos 2011	
Modelo de Organização	Pág. 7
Funções e intervenientes na estrutura executiva dos Censos 2011	Pág. 9
Importância e modelo de formação para os Censos 2011	Pág. 11
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	Pág. 13
Principais fases e datas chave	Pág. 13
Equipa em Foco	Pág. 14

Ficha Técnica

Título
Newsletter Censos 2011

Editor
Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo
Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Periodicidade
Quadrimestral

Apresentação

Os Censos 2011 (XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação) já aí estão, com a finalização dos trabalhos para a realização da recolha de dados no terreno, para o tratamento da informação recolhida e para a difusão dos respectivos resultados.

A primeira acção de formação da estrutura de coordenação realizou-se na segunda semana de Novembro de 2010 a nível central, após a qual se iniciou a selecção de toda a estrutura regional e local para a realização dos trabalhos de campo.

Com o momento censitário marcado para o dia **21 de Março de 2011**, prevê-se que os primeiros resultados oficiais (resultados preliminares) dos Censos 2011 sejam disponibilizados na primeira quinzena de Julho de 2011; estes resultados constituirão o tema central do próximo número desta *Newsletter*.

Assim, este número da *Newsletter*, o nº 8, tem como tema dominante a organização central, regional e local dos trabalhos de distribuição e recolha dos questionários. Esta fase dos trabalhos é crucial para garantir a qualidade dos resultados dos Censos 2011, havendo a preocupação em garantir uma boa articulação entre o Gabinete dos Censos (enquanto estrutura de coordenação nacional) e as Delegações do INE no Continente, e as Direcções Regionais de Estatística das Regiões Autónomas (enquanto delegações do INE para as operações de âmbito nacional) e entre as referidas Delegações e Direcções Regionais e as respectivas Autarquias Locais, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei 226/2009 de 14 de Setembro. De salientar que as Autarquias Locais têm um conjunto de competências muito relevante na execução dos Censos, estando o INE a estabelecer contactos muito intensos com estas entidades, de modo a seleccionar e formar adequadamente todos os intervenientes regionais e locais nos trabalhos de campo. A monitorização de todo o processo vai ser assegurada por uma aplicação informática que controlará todos os procedimentos locais em "tempo real", desde a inscrição dos candidatos até ao fecho da recolha dos dados e respectivos pagamentos.

Nesta *Newsletter* apresenta-se também informação resumida sobre a experiência de vários países na utilização dos ficheiros administrativos tanto para apoiar a realização destas operações estatísticas, como para implementar modelos de transição censitária com menor custo e maior frequência na produção da informação censitária. Também se procede a uma breve descrição de como "Os Censos vão às escolas" para dinamizar o apoio de toda a população escolar até ao ensino secundário inclusive, na resposta aos Censos 2011.

Disponibiliza-se também informação sobre o resultado final do concurso público internacional para o transporte e tratamento dos questionários. Na última página "dá-se cara" à equipa de Coordenadores Regionais que, em cada uma das 7 regiões de Portugal, vão organizar, formar e controlar todos os trabalhos de campo dos Censos 2011.

Formulo os meus melhores votos para que, com este número da *Newsletter* Censos 2011, toda a população continue a acompanhar a preparação desta importante operação e contribua, com o envio de comentários e sugestões, para o sucesso dos Censos 2011. Dúvidas sobre a operação que sejam apresentadas ao INE merecerão a melhor atenção.

É firme propósito do INE que toda a informação estatística, e os Censos 2011 em particular, esteja cada vez mais perto dos Cidadãos e ao seu serviço.

É firme propósito do INE que a operação Censos 2011 seja um sucesso, o que só será possível com a participação de **todos** os cidadãos residentes. Os Censos 2011 têm que correr bem!

Alda de Caetano Carvalho
Presidente do Instituto Nacional de Estatística



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Informar. Saber. Decidir.



A informação censitária é fundamental para que possamos conhecer melhor a sociedade em que vivemos, não só em termos de “quantos somos?” e “como estamos distribuídos?” num determinado território, mas também para conhecer melhor algumas características da população e do parque habitacional.

Dada a sua relevância, os elevados custos financeiros e recursos humanos que estão associados aos recenseamentos da população e da habitação (Censos), alguns países já implementaram o processo de transição censitária. Este processo consiste na produção de informação censitária, não a partir do modelo clássico de recolha exaustiva de informação sobre todas as unidades estatísticas (modelo tradicional), mas a partir do recurso a outras fontes de informação, como os registos de carácter administrativo, modelo em que os países nórdicos têm sido pioneiros (*register-based census*) ou com base em informação administrativa e inquéritos por amostragem (modelo misto).

Por outro lado, o ritmo de mudança das sociedades actuais é muito mais rápido do que há algumas décadas atrás, o que obriga a que se disponha de informação censitária sobre a população e a habitação com mais frequência do que aquela que o custo físico e financeiro dos recenseamentos por via clássica permite. Acresce ainda que está em causa, não apenas os elevados recursos financeiros a afectar a estas operações, mas também o enorme esforço que, de dez em dez anos, é exigido aos cidadãos, obrigados por lei a responder a perguntas cujas respostas, em muitos casos, se poderão já encontrar em vários ficheiros da Administração Pública.

Há grandes diferenças entre os vários países europeus no que respeita à sua experiência e aos planos relativos ao uso de ficheiros administrativos ou métodos alternativos para a realização dos censos da população e habitação.

Apresenta-se seguidamente uma síntese da experiência de alguns países europeus.



DANMARKS
STATISTIK

Dinamarca – Um exemplo de implementação total

A Dinamarca é dos poucos países que evoluiu totalmente de um método de recenseamento clássico para um método apoiado nos ficheiros administrativos.

Esta mudança foi implementada no país em duas décadas: o último recenseamento da população realizado com recurso ao modelo clássico foi realizado em 1970; o primeiro censo da população com base em ficheiros administrativos realizou-se em 1976; e os censos conjuntos da população e da habitação que primeiro utilizaram ficheiros administrativos realizaram-se em 1981.

O *Statistics Denmark Office* (SDO) é regulado por uma lei que tem como objectivo, reduzir o volume de respostas necessárias à recolha de dados, declarando que as estatísticas deverão estar sempre apoiadas em informação já recolhida por outras entidades públicas. Esta lei justifica o acesso que o SDO faz aos ficheiros administrativos.

De acordo com este princípio, o SDO vem evoluindo para um sistema estatístico que se baseia, na sua quase totalidade, no uso de ficheiros administrativos produzidos por outras entidades públicas, sendo utilizados outros métodos de recolha, mas entendidos apenas como suplementos e complementares.

Uma componente crucial nesta mudança foi a introdução de um Número de Identificação Pessoal fixo para cada indivíduo. Este número é considerado como uma necessidade prática para a manutenção do Registo Central de População implementado no país. Este identificador pessoal foi introduzido pela própria administração pública e veio substituir as diferentes identificações previamente utilizadas nos anteriores sistemas da administração.

Igualmente crucial para a implementação de operações estatísticas com base em ficheiros administrativos, foi a codificação dos endereços, que veio a revelar-se um ponto-chave importantíssimo na ligação de todo o sistema de Registo Central de População. O registo dos alojamentos integra os campos que compõem o endereço, normalizados em concordância com os mesmos campos no Registo Central de População. Com o endereço (ao qual é atribuído uma codificação única, i.e. *address coded*) é possível efectuar interligações contínuas entre o Registo Central de População e o Registo de Edifícios/Alojamentos.

Os resultados dos Censos em 2011 serão totalmente obtidos através de ficheiros administrativos.



Noruega – Implementação total em 2011

A política adoptada pelo *Statistics Norway* (INE da Noruega) assenta no desenvolvimento de operações baseadas na utilização de ficheiros administrativos em todas as áreas relevantes.

Sempre que necessário, as estatísticas baseadas em dados administrativos deverão ser complementadas com recolhas amostrais abrangendo questões específicas.

As operações exaustivas de recenseamento foram abandonadas. Os próximos censos na Noruega, em 2011, serão totalmente apoiados em registos administrativos, sendo a primeira vez que todos os dados são recolhidos de fontes administrativas, não sendo recolhida nenhuma informação através do uso de questionários pelo método tradicional.

Contudo, o uso de ficheiros administrativos para fins estatísticos não é um procedimento novo para o *Statistics Norway*, uma vez que, desde 1970, são utilizados os ficheiros como fonte de informação.

Em 1964 foi estabelecido o Registo Central da População, e em consequência foi introduzido o número oficial de identificação pessoal. Este registo tornou-se a maior fonte de informação para estatísticas demográficas na Noruega.

Nos Censos de 1980, os ficheiros administrativos foram essencialmente utilizados para reduzir o esforço de recolha de dados, e em 1990 os Censos recolheram, directamente de ficheiros administrativos, os dados referente à demografia, educação e rendimentos, assim como características geográficas.

Nos Censos de 2001, a informação relativa à população foi totalmente obtida por via administrativa, enquanto que a informação respeitante a famílias e habitação foi recolhida através dos tradicionais formulários censitários, recorrendo à metodologia clássica de entrega e recolha por parte de um recenseador.



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Suíça – Censos 2000, a transição

Com a operação Censos 2000, o Governo Suíço tomou a decisão de implementar, uma estratégia de alteração dos métodos de recolha, tendo como objectivo a construção de uma estrutura de Informação Pública. Esta deveria conter dados demográficos, económicos e informação espacial, apoiada em ficheiros harmonizados e coordenados, disponíveis permanentemente para uso estatístico, como base para as recolhas estatísticas aleatórias.

No entanto, uma mudança de sistema provocou uma demora que necessita de grande adaptação legal. Assim, o Censo da População 2000 ainda foi realizado de forma clássica, mas num conceito de “Censo de Transição”, que ajudou a construir, de forma coordenada, um Ficheiro estrutural de registos para a Suíça.

Nesta operação de transição foi utilizada informação dos registos de população existentes nos Cantões para, depois de tratada e preparada, fazer uma pré-impressão da identificação dos indivíduos nos questionários.

A informação obtida nos Censos 2000 (nomeadamente as correcções e alterações a essa componente pré-impressa e características demográficas), constituiu a base actualizada de um Registo da População.

A Lei Suíça dos Censos também definiu o desenvolvimento de um Registo de Edifícios/Alojamentos apoiado nos dados recolhidos na operação Censitária de 2000, cujo objectivo era a criação de um Registo Nacional de Edifícios.

Ao mesmo tempo, outras operações estatísticas (às quais bastou fazer pequenos ajustamentos e alterações) foram utilizadas na manutenção e actualização dos ficheiros.

O *Swiss Federal Statistical Office (SFSO)*, tendo em vista o próximo Censo, tomou a iniciativa de propor alterações à Constituição Suíça, de forma que o Governo tenha poderes gerais para regular e harmonizar os Ficheiros Administrativos para fins estatísticos.

Como consequência dessa evolução, em 2011, o SFSO vai conduzir um Censo baseado em ficheiros administrativos.



Espanha – O apoio do Padrón Municipal

O *Padrón Municipal* é um registo administrativo em que constam todos os residentes de um município, sendo que os seus dados constituem prova de residência habitual no mesmo. É um registo com grande tradição em Espanha, existente desde 1856, tendo sofrido numerosas modificações na sua gestão e conteúdo.

Cada município é responsável por manter o ficheiro de acordo com as regras e regulamentações definidas pelo Instituto Nacional de Estatística de Espanha (INE-E) e pelo Ministério da Administração Pública. O INE-E é responsável pela coordenação de todos os *Padrones Municipales* de forma a evitar duplicações entre os vários *padrones*. Para tal dispõe de uma cópia de todos os ficheiros e recebe mensalmente todas as alterações (saídas, entradas e modificações).

As alterações introduzidas posteriormente a 2001, no sistema de gestão *padronal*, vêm estabelecer a obrigatoriedade de inscrição de todas as pessoas estrangeiras residentes em Espanha, independentemente da legalidade da sua situação no país.

Foi ainda criado o *PERE (Padrón de Españoles Residentes en el Extranjero)* que contém informação sobre os espanhóis residentes no estrangeiro.

A coordenação dos *padrones municipales* pelo INE-E permite disponibilizar anualmente valores para a população residente. Anteriormente, apenas eram disponibilizados valores de 5 em 5 anos, coincidindo com a revisão dos *padrones* ou a realização dos censos.

Nos Censos de 2001, Espanha adoptou um modelo clássico para a realização da operação estatística do recenseamento, mas fortemente apoiado no *Padrón Municipal*. Pela primeira vez nos censos em Espanha utilizaram-se questionários personalizados com informação contida no Padrón Municipal de Habitantes, consequência da relação entre o Censo e o *Padrón Municipal* que surge de nova redacção do *Reglamento de Población y Demarcación Territorial de Entidades Locales*.

Para além do *Padrón Municipal* existem em Espanha alguns ficheiros passíveis de serem aproveitados para fins estatísticos, em particular o *Catastro* que é o registo que contém a descrição física das “propriedades” às quais é atribuído um valor monetário para efeitos fiscais.

Para 2011 os Censos serão realizados através do envio postal dos questionários com possibilidade de resposta pela Internet e via postal. Apenas os alojamentos que não respondam por nenhum destes meios serão visitados por recenseadores para resposta presencial.



Itália – O apoio do Anagrafi

Em Itália não existe um registo central de população. No entanto, para cada município, há um registo local de população designado por *Anagrafi*. Este registo contém, por lei, a população residente, ou seja, a população que reside habitualmente no município.

Este registo é actualizado com os nascimentos e os óbitos, migrações, alterações de morada, casamentos e outros “acontecimentos” demográficos. Contudo, dados sobre a qualificação académica e a ocupação estão frequentemente desactualizados.

Os municípios têm ainda disponíveis outros registos administrativos como sejam os estrangeiros residentes no município, os italianos residentes no estrangeiro e os eleitores.

A Itália implementou um sistema de acesso e intercâmbio de informação proveniente de vários procedimentos administrativos e de alguns fluxos de informação oriundos das administrações centrais, locais e empresas, a que deu o nome de SAIA (*Sistema di Accesso ed Intercambio Anagrafico*).

Tal como no caso espanhol, o ISTAT pretendeu, com a última operação Censitária, produzir uma boa base de harmonização com o Ficheiro *Anagrafi Comunali*.

O Censo da População de 2001 em Itália foi realizado pelos métodos tradicionais de entrega e recolha exaustiva dos questionários a toda a população residente, mas com recurso aos ficheiros de dados *Anagrafi* dos quais foi utilizada a informação relativa ao número de indivíduos inscritos por família e o endereço como apoio ao trabalho do recenseador. Na execução do Recenseamento Italiano de 2001 foram avaliadas novas tecnologias e novos instrumentos que se podem revelar essenciais numa base metodológica de implementação futura de outros métodos de recenseamento.

Em 2011 o ISTAT vai realizar o recenseamento utilizando as moradas que constam do Anagrafi e serão enviadas cartas para resposta aos Censos por via postal, através da Internet e também nos próprios centros de recolha (nos municípios).



Centraal Bureau voor de Statistiek

Holanda – Método misto

Na Holanda, como alternativa ao método censitário convencional, utilizou-se em 2001 a combinação entre os ficheiros administrativos e inquéritos amostrais às famílias.

O programa censitário holandês foi inteiramente baseado no cruzamento de informação proveniente de fontes estatísticas sendo o Registo de População o seu *pivot*. Foram utilizadas outras fontes administrativas, para além do Registo de População, mas apenas como fornecedoras de informação suplementar.

Na Holanda existe um Registo Central de População que agrega todos os registos locais. O sistema descentralizado de registo da população é de grande qualidade. Este sistema envolve 636 registos de população municipais com cerca de 300 utilizadores directos, entre os quais se encontra o CBS (*Central Bureau of Statistics*). Com base na informação deste sistema, consegue-se produzir praticamente todas as estatísticas vitais e migratórias.

Perspectivando estratégias para o futuro, a Holanda não pondera a hipótese de regressar ao método tradicional de recenseamento.

Novidades

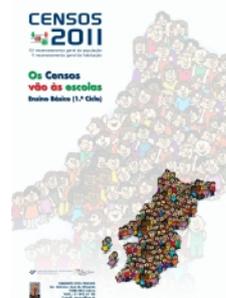
Os Censos vão às escolas

A realização das operações censitárias só é possível através da colaboração empenhada de toda a população, pelo que irá ser feita uma forte campanha publicitária, com o objectivo de apelar a essa colaboração.

Em particular, a população escolar dos ensinos básico e secundário deverá constituir um agente importante para dinamizar as respostas aos Censos 2011, tanto pela compreensão da sua importância, como pela influência positiva que pode exercer sobre os pais, encarregados de educação e outros familiares, sensibilizando-os para essa importância.

Para sensibilizar os alunos, é indispensável a colaboração dos professores. Para o efeito, em colaboração com a Equipa do ALEA (Acção Local de Estatística Aplicada — projecto conjunto da Escola Secundaria Tomaz Pelayo, da Direcção Regional de Educação do Norte e do Instituto Nacional de Estatística), foram concebidos três tipos de aulas destinadas a cada um dos grupos de população a abranger (1º ciclo do ensino básico, 2º e 3º ciclos do ensino básico, ensino secundário), sobre o tema “*Os Censos vão às Escolas*” com informação sobre “*o que são, para que servem e como se fazem os Censos 2011*”. No final de cada aula, estão previstas pequenas tarefas que ajudam a compreender e consolidar melhor algumas das matérias tratadas. Os documentos estão acessíveis no site do INE na Internet (<http://censos2011.ine.pt/escolas>) e também no site do ALEA (<http://www.alea.pt>)

O INE tem o apoio do Ministério da Educação para que todas as escolas dos 1º, 2º e 3º ciclos e do secundário colaborem no projecto.



Novidades

INE adquire solução para leitura óptica e tratamentos dos dados dos Censos 2011



NOVABASE
like life

O INE lançou oportunamente um concurso público internacional para a aquisição de serviços de recolha de questionários e de digitalização, reconhecimento óptico e tratamento dos dados dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação (Censos 2011), tendo-se apresentado 13 empresas concorrentes. Após a devida avaliação das propostas, o júri do concurso seleccionou a empresa Novabase Consulting – Consultadoria, Desenvolvimento e Operação de Sistemas de informação, SA, à qual foram adjudicados aqueles serviços. De acordo com o respectivo contrato, os trabalhos decorrerão entre Novembro de 2010 e 31 de Maio de 2012.

Tema em Destaque

Organizar os Censos 2011

Os Censos são a maior e mais onerosa operação estatística realizada em Portugal. Os Censos 2011 vão mobilizar cerca de 30 mil pessoas para a realização e coordenação dos trabalhos de campo.

A boa organização de uma operação com esta dimensão deve permitir:

- Combinar de forma eficaz os meios disponíveis;
- A fluidez dos procedimentos e das acções, eliminando as redundâncias;
- Quantificar de forma adequada os meios necessários a cada momento;
- Assegurar um sistema de gestão e monitorização dos trabalhos, rápido e eficaz;
- Identificar adequadamente níveis de responsabilidade e de funções.

Modelo de Organização

O modelo de organização para os trabalhos de campo dos Censos 2011 assenta numa lógica vertical (*top/down*) com três níveis de responsabilidade: **Nacional** (Instituto Nacional de Estatística, Gabinete dos Censos); **Regional** (Delegações do INE, Departamento de Recolha de Informação (DRI) em Lisboa e Serviços de Estatísticas das Regiões Autónomas) e **Local** (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia).

Intervém ainda nos Censos 2011, embora com carácter não executivo, o Conselho Superior de Estatística (CSE) através da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011 (SEAC 2011). A SEAC 2011 é o órgão do CSE que, pela sua inserção orgânica e composição, constitui um fórum de discussão por excelência, cabendo-lhe o papel de regulação, aconselhamento e orientação de toda a actividade dos Censos 2011. Competiu à SEAC 2011 a emissão de parecer sobre o Programa de Acção e o Plano de Difusão dos Censos 2011; actualmente faz o acompanhamento da respectiva execução.

Os diferentes planos de intervenção

- **Nacional** - O INE, através do Gabinete dos Censos, é responsável pela concepção, organização e coordenação da operação a nível nacional, competindo-lhe a devida articulação com as Delegações e Serviços de Estatística das Regiões Autónomas.
- **Regional** - As Delegações do INE, o DRI e os Serviços de Estatística das Regiões Autónomas exercem a coordenação das actividades censitárias a nível regional, competindo-lhes a articulação com os respectivos órgãos do poder autárquico (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia).
- **Local** - A Legislação dos Censos 2011 (Decreto-Lei nº 226/2009 de 14 de Setembro) define o envolvimento das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) como um factor imprescindível para o sucesso das operações censitárias, dada a sua proximidade às populações e a disponibilidade de meios e infra-estruturas de apoio necessários a nível local. As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia responsabilizam-se pela organização, coordenação, controlo e execução dos trabalhos dos Censos 2011, nas respectivas áreas de influência.

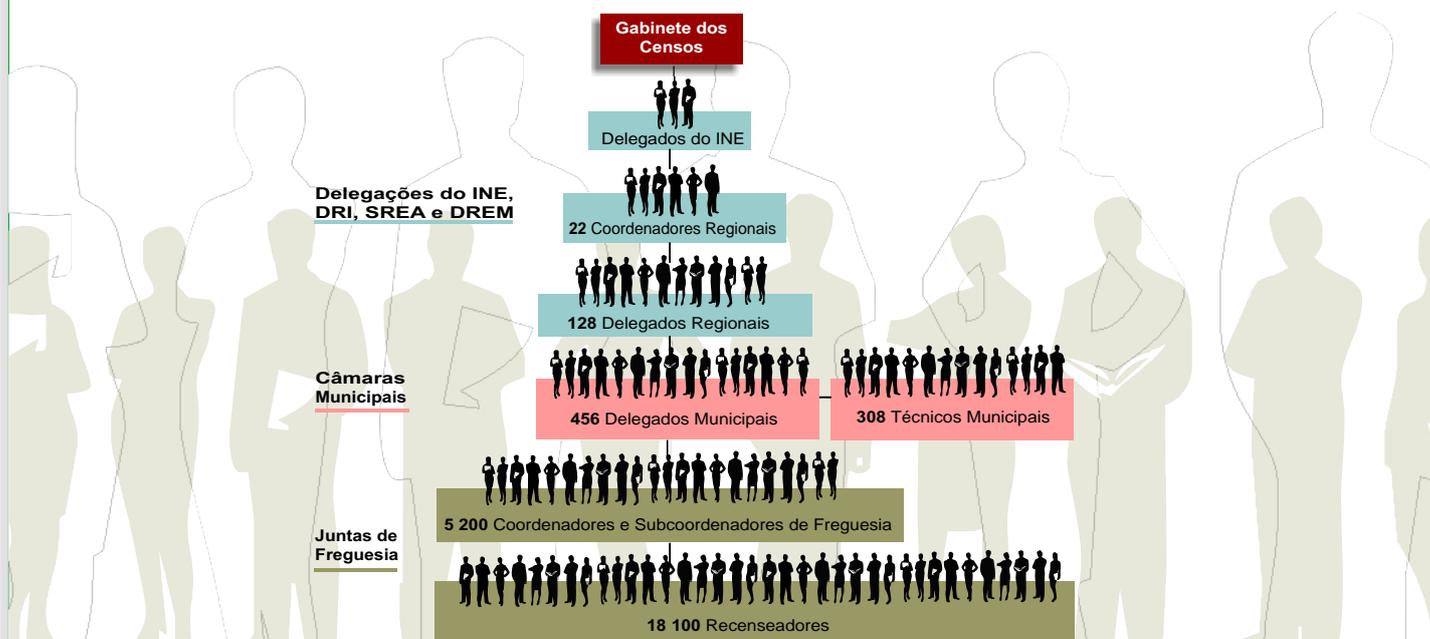
A organização dos trabalhos de campo segue uma estrutura executiva baseada na divisão administrativa do território (Municípios e freguesias).

ESTUTURA EXECUTIVA



Funções e intervenientes na estrutura executiva dos Censos 2011

Prevê-se que a execução dos trabalhos de campo venha a envolver cerca de 30.000 pessoas distribuídas por diferentes funções e perfis que, de acordo com a experiência, poderão registar uma significativa rotatividade (desistências), tornando necessário formar um número de pessoas superior aos lugares previstos.



Para um melhor conhecimento das suas funções apresentam-se, de forma resumida, as funções dos diferentes intervenientes.

➤ Coordenadores Regionais:

- Coordenação dos trabalhos de campo na sua área de actividade;
Supervisão e controlo da execução do trabalho e da qualidade da informação recolhida;
Formação, enquadramento técnico e acompanhamento dos respectivos delegados regionais.

A operacionalização das suas funções é suportada por uma aplicação informática que possibilita o acompanhamento dos trabalhos em tempo real.

➤ Delegados Regionais:

- Coordenação dos trabalhos de campo na sua área de actividade (conjunto de municípios);
Supervisão e controlo da execução do trabalho e da qualidade da informação recolhida;
Formação, enquadramento técnico e acompanhamento dos respectivos delegados municipais.

A operacionalização das suas funções é suportada por uma aplicação informática que possibilita o acompanhamento dos trabalhos em tempo real.

➤ Os Delegados Municipais:

- Coordenação da execução dos trabalhos de campo dos Censos 2011 no respectivo município ou parte dele (nos municípios de maior dimensão onde existe mais do que um Delegado Municipal);
Formação e enquadramento técnico dos recursos humanos envolvidos nos trabalhos de campo na área do município;

Promoção das condições necessárias à disponibilização dos meios para a correcta execução do trabalho de campo;

Exercício das funções de controlo e supervisão na área de trabalho;

Verificação e certificação, com os Presidentes de Câmara (ou seu substituto) e das Juntas de Freguesia, dos mapas de **Resultados Preliminares** e do **Mapa de Despesas**.

O trabalho do Delegado Municipal será suportado por uma aplicação informática que facilita o acompanhamento e gestão da operação bem como permite automatização dos procedimentos administrativos resultantes da contratação dos recenseadores.

➤ **Técnicos Municipais:**

Promoção da divulgação das actividades censitárias ao nível de todo o município;

Verificação e confirmação da chegada, ao município, dos instrumentos de notação (questionários), dos instrumentos auxiliares e dos suportes cartográficos, de acordo com as especificações e quantidades indicadas pelo INE, garantindo o seu armazenamento adequado e o fácil acesso aos materiais durante o período em que decorre a operação censitária;

Promoção da distribuição dos questionários e de todos os instrumentos auxiliares pelas Freguesias, de acordo com as quantidades indicadas e com o calendário da operação;

Instalação, se necessário, de postos de apoio ao preenchimento, à recolha de questionários e à resposta por internet;

Desenvolvimento, em articulação com o Delegado Municipal e os Coordenadores de Freguesia, das acções necessárias à obtenção dos meios logísticos de apoio à operação censitária no município, designadamente instalações, transportes, materiais administrativos e informáticos;

Proceder à verificação do material recolhido nas Freguesias, em conjunto com o Delegado Municipal;

Apoio administrativo na organização dos processos individuais de recursos humanos relativos aos intervenientes locais, nomeadamente os documentos necessários à efectivação dos pagamentos.

➤ **Coordenadores de Freguesia:**

Organização e coordenação dos trabalhos de campo na respectiva freguesia;

Promoção, de acordo com as orientações emanadas pela coordenação nacional dos Censos 2011, da divulgação das actividades censitárias a nível de toda a Freguesia;

Verificação do material recebido da Câmara Municipal e certificação da adequação do número de questionários e instrumentos auxiliares que lhe foi enviado às necessidades/dimensão da freguesia;

Dinamização das acções necessárias para a obtenção dos meios adequados à organização das actividades censitárias na área da freguesia;

Controlo da qualidade e do ritmo de execução dos trabalhos dos recenseadores;

Reconhecimento das secções com os Recenseadores, designadamente quanto aos limites, às manchas populacionais e às habitações isoladas, definindo a sequência das áreas a observar;

Avaliação permanente dos recursos disponíveis (questionários, Recenseadores, etc.), transmitindo imediatamente ao Delegado Municipal qualquer estrangulamento detectado;

Acompanhamento do trabalho dos Recenseadores, orientando-os e procurando evitar deficiências no trabalho de cada um ao longo da operação e realizando um balanço final;

Controlo da qualidade do trabalho dos Recenseadores, de acordo com as indicações emanadas pela coordenação nacional dos Censos 2011;

Verificação e certificação, com o Presidente da Junta de Freguesia, dos mapas de Resultados Preliminares e do Mapa de Despesas da Freguesia.

➤ **Subcoordenadores de freguesia** (em freguesias com 10 ou mais secções estatísticas):

Apoio ao Coordenador de Freguesia;

Coordenação e acompanhamento dos recenseadores respectivos, prestando-lhes o apoio técnico necessário;

Verificação dos questionários recolhidos pelos respectivos recenseadores.

➤ **Recenseadores**

Os recenseadores têm um papel essencial na estrutura executiva dos Censos 2011, pois serão eles que irão estabelecer o contacto directo com a população. Asseguram a distribuição e recolha dos questionários junto dos alojamentos, bem como a digitalização dos pontos dos edifícios recenseados.

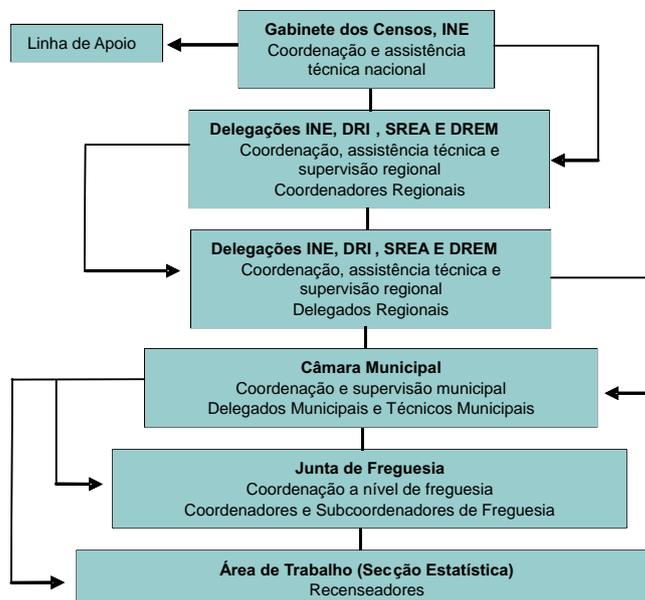
Estima-se que seja necessário recrutar e formar, pelo menos, 23.000. O processo de recrutamento irá decorrer durante o mês de Janeiro de 2011 e será realizado, preferencialmente, através do portal do INE (www.ine.pt) ou nas Juntas de Freguesia.

Importância e Modelo de Formação para os Censos 2011

O programa de formação dos vários intervenientes na operação Censos 2011 tem por objectivo fundamental assegurar uma estrutura humana qualificada e capacitada para executar, de forma tão correcta quanto possível, as funções que lhe serão atribuídas.

A dimensão e as características de uma operação estatística como os Censos 2011 que, mais do que qualquer outra, tem que decorrer da melhor maneira, obriga a que a formação dos intervenientes aos vários níveis tenha que ser assegurada em cascata, ou seja, um nível é formado para actuar como formador na etapa seguinte.

Estrutura executiva e cadeia de formação



Em cada um dos níveis a formação deve ser dada de forma adequada, sem ambiguidades e com um grau de rigor equivalente em toda a cadeia, de modo a garantir que o nível de preparação e qualificação de toda a equipa seja homogéneo.

O programa de formação é dirigido aos vários intervenientes da estrutura executiva dos Censos 2011, os quais têm perfis e funções diferenciadas. Por este facto, o programa de formação não é uniforme, mas concebido em função da especificidade de cada um dos vários perfis e respectivas funções.

Assegurar a formação de todos os intervenientes dos Censos 2011 num espaço de tempo relativamente curto é um factor crítico para a operacionalização do programa de formação. O planeamento e calendarização antecipadas das respectivas acções é, por isso, uma condição essencial.

Durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2011 serão formadas cerca de 30 mil pessoas, o que exigirá a organização de mais de 1000 acções de formação.

Calendário das acções de formação previstas para os Censos 2011

Acção de formação	Datas	Duração	Local
Coordenadores Regionais	Novembro de 2010 (8 – 12 de Novembro)	5 dias	Lisboa
Delegados Regionais	Início de Janeiro de 2011	5 dias	Regional
Delegados Municipais	Durante Janeiro de 2011	5 dias	Regional
Técnicos Municipais	Janeiro – Fevereiro de 2011	1 dia	Município
Coordenadores e subcoordenadores de freguesia, recenseadores	Durante Fevereiro de 2011	3 e 2 dias, respectivamente	Município
Linha de Apoio	Fevereiro de 2011	1 dia	Lisboa

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

TIC são decisivas para controlar toda a “máquina dos Censos 2011” no terreno

A operacionalização dos trabalhos de campo dos Censos 2011 será suportada por uma aplicação informática que possibilita o acompanhamento, em tempo real, dos trabalhos e a comunicação entre os milhares de colaboradores envolvidos.

Através de computador ou com recurso a telemóvel os diferentes níveis da cadeia executiva podem receber informações e orientações e gerir o seu trabalho em tempo real.

O Sistema de Controlo do Trabalho de Campo (SCTC) é uma ferramenta de gestão que tem como objectivo facilitar toda a organização e controlo das múltiplas tarefas e documentos utilizados na execução dos trabalhos de campo. Permitirá agilizar o trabalho de consulta, inserção, organização, controlo e extracção de dados a todos os intervenientes da estrutura executiva envolvida nos trabalhos de campo, com permissões de acesso pré-estabelecidas.

Os acessos para consulta, inserção ou extracção de informação, encontram-se devidamente diferenciados (hierarquizados) relativamente aos intervenientes no trabalho de campo, de acordo com o nível de responsabilidade e necessidades operacionais de cada um, facultando a informação necessária para a organização e controlo de tarefas ao seu nível hierárquico e inferior. O sistema está disponível em acesso “on-line”, possibilitando o acompanhamento em tempo real de toda a operação.

A informatização de toda a estrutura executiva vai possibilitar a disponibilização dos primeiros resultados (resultados preliminares) dos Censos 2011 em Julho de 2011. Durante o processo de recolha e à medida que as secções e freguesias vão ficando concluídas, é possível acompanhar, desde muito cedo, as primeiras contagens da população.

A resposta pela internet tornou mais exigente a plataforma informacional de suporte aos Censos 2011. O INE vai disponibilizar um sistema de notificação de resposta por SMS junto dos entrevistadores. Através deste sistema, os entrevistadores são informados dos alojamentos que já responderam aos Censos 2011 através da Internet, os quais, conseqüentemente, não serão visitados de novo para recolha dos questionários em papel.

As respostas pela internet são igualmente monitorizadas aos diferentes níveis da estrutura executiva, o que permite acompanhar *on-line* a evolução das taxas de respostas.

Principais fases e datas chave

Novembro - Janeiro

Processo de Recrutamento

Novembro - Fevereiro

Formação das Equipas

7 - 20 de Março

Distribuição dos questionários

21 de Março

Momento censitário

21 de Março - 10 de Abril

Recolha pela Internet

28 de Março - 24 de Abril

Recolha dos questionários em papel

Julho 2011

Divulgação dos resultados preliminares

Delegação Porto

Pedro Remelhe
Vanda Negrão
Alcino Gomes
Vitor Oliveira
Rita Cascais
Ângela Pereira
Marco Sequeira

Delegação Coimbra

Eduardo Figueira
Paulo Ribeiro
Maria João Mariano
Rita Silva
Ana Catarino

**DRI (Departamento de Recolha
de Informação) – Lisboa**

Filipa Lidónio
Fátima Fialho
José Alberto Silva
Luís Garcia
Raquel Jacob
Cristina Abrantes
Francisco Delgado

Delegação Évora

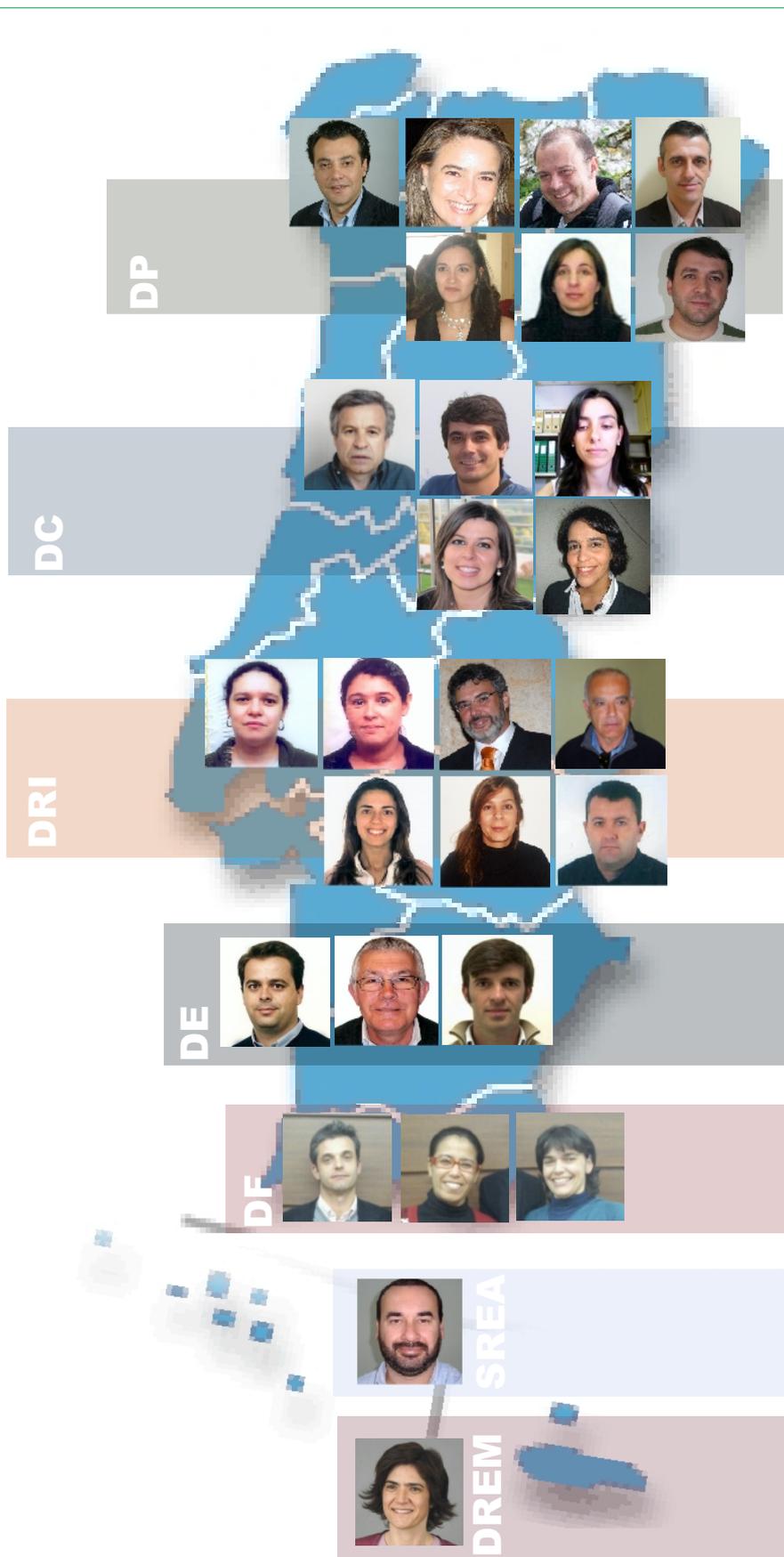
Gilberto Cavaco
José Banza
João Rolim

Delegação Faro

Nuno Vasco
Cláudia Guerreiro
Sara Simões

**SREA (Serviço Regional de
Estatística dos Açores)**
Duarte Filipe

**DREM (Direcção Regional de
Estatística da Madeira)**
Ângela Gouveia



Contactos

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Tel.: + 351 218 426 100
Fax: + 351 218 426 380
E-mail: ine@ine.pt

Censos 2011
E-mail: censos@ine.pt